discussão pelo ilustre Conselheiro André Dias, nós já ficaríamos aqui, doutor Tostes, muito tempo em razão de pontos que Vossa Excelência tão bem abordou, como o Conselheiro André Dias, decorrente do relatório desta Casa.
Vou ser breve nas considerações, mas algumas que me parecem importantes serem feitas. Se registra claramente que somos um Estado exportador, contribuindo decisivamente para a balança comercial do nosso país, e o doutor Tostes aborda o que tantas vezes este Plenário tem discutido a partir, exatamente, pontualmente, da discussão do estudo sobre as perdas que o Estado do Pará registra ao longo do tempo pela famosa Lei Kandir, que penaliza o Estado e que ainda não tivemos a força política suficiente para removê-la e para que ela fosse mais justa com o nosso Estado.
Espero – não sei se na discussão do Congresso Nacional, quando vai se discutir a questão do petróleo do pré-sal, onde os estados produtores também entram nessa luta, se seria, também, um momento para que a Lei Kandir, quem sabe, pudesse entrar no bojo dessa discussão e, finalmente, o Estado do Pará pudesse mais justamente ser contemplado com aquilo que produz.
Nós temos aqui, no nosso Estado, os grandes projetos: se, de um lado, geram riquezas, de outro lado geram enormes desigualdades sociais, tanto que ainda apontamos uma concentração de renda naquilo que se arrecada. Então, se vê que é um Estado injusto.
O Governo Federal, como bem disse o doutor Tostes, insiste, ainda, na política de conservar a maior parte do bolo arrecadado no nível federal, deixando quase sempre à míngua os estados, especialmente os municípios brasileiros.
Então, nesse sentido, na análise ampla, a gente pode ver que o Estado cumpriu os percentuais constitucionais, mas não podemos esconder que ainda temos grandes demandas e grandes desafios pela falta do investimento na nossa infraestrutura, quer seja na área da educação, na área da saúde, na área da segurança pública, um dos mais graves casos da problemática brasileira, como também na situação dos nossos transportes – não só o transporte na comunicação entre nós dos nossos municípios, no nosso Estado, mas, fundamentalmente, dando ao Pará a condição de, pelos seus portos, que a benfazeja natureza nos proporcionou, nós pudéssemos exportar a riqueza que produzimos, e, também, além da riqueza que produzimos, fazer jus aos impostos que dela advêm-se para a melhoria da condição do nosso povo.
Foi abordado aqui, pela palavra do Presidente – e eu queria, enfaticamente, primeiro fazer um parêntese de agradecimento a todos os secretários de Estado, aos servidores do Estado que aqui comparecem pela maneira sempre cortês e gentil com que nos atendem a qualquer demanda quando procuramos, também, a máquina administrativa para uma informação ou até mesmo para uma sugestão.
E quando se fala no percentual da educação, o Presidente lembra que cobrimos o limite constitucional; entretanto, muitas vezes os resultados são pífios para aquilo que a gente pretendia obter. Eu sempre digo isso em lato sensu, *e quero dizer de uma maneira muito geral, para evitar qualquer outra interpretação, que o mau gasto do recurso público só tem duas vertentes para mim: é a incompetência ou a má fé.*
E nós temos que reconhecer que, muitas vezes, algumas áreas, não só no Estado do Pará, mas como no país, têm sido devastadoras para currículos. Às vezes se coloca o profissional competente e o sistema é arcaico. É como se colocássemos um grande piloto para decolar um avião que não tem máquina: ele vai ser levado ao desastre.
Então, precisamos ver – doutor Tostes sabe – o quanto tem penado para azeitar a fiscalização nesse Estado grandioso, do tamanho da Colômbia, que nós temos. A questão da arrecadação nas nossas fronteiras por essa rede fantástica hídrica que o Estado do Pará é detentor. Então, muitas vezes, também temos que ser generosos, porque não é o fracasso pessoal.
Nós temos visto ao longo dos governos, ao longo da história, tantas pessoas que honram suas categorias, doutor Caio, no desempenho profissional, com honradez, ilibado, com competência, e muitas vezes não dá certo na máquina pública. O que é que acontece? Cidadãos honrados, diligentes, competentes? Continuam sendo, é que a máquina do sistema brasileiro, notadamente na educação e na saúde, precisa, no bom sentido, de uma quebradeira geral para que esses recursos possam contemplar, por exemplo, o menino que precisa chegar à sala de aula em uma região como o Marajó, que não tem o transporte possibilitando a condição do professor, na sala de aula, que hoje já sofre com outro problema além do salário e das condições de ministrar a aula, sofre com a insegurança, mas não é só no município de Afuá ou de Bagre; o professor, muitas vezes – e tem professores aqui na plateia que me desmentiriam se eu estivesse dizendo inverdades –, tem medo de chegar à sala de aula pela insegurança.
Hoje, as escolas públicas estão fechando cursos noturnos pelo medo do professor, pelo medo do aluno, mas esse é um problema de ordem nacional, não é apenas do Estado do Pará, que precisa, efetivamente, ser resolvido.
Então, nesse sentido, eu queria fazer esta colocação, dizendo que nem sempre o desempenho de uma área se dá pela desídia ou pela incompetência do titular; é pelo sistema, que precisa da colaboração de todos nós para ele ser revisto.
Portanto, eu quero louvar o trabalho que foi feito, dizer que é importante que todos nós, no Estado do Pará, lutemos pela revogação dessa taxação insidiosa para nós da Lei Kandir – o Tribunal tem feito a parte dele –, e eu faria apenas um apelo ao Executivo: é para que essas tantas recomendações que são feitas pela área técnica efetivamente sejam levadas em conta, porque não podemos – e eu tenho aqui a condição tranquila de expressar meu voto, que merece ser pela regularidade, mas merece também que seja feito um apelo, doutor Tostes: que essas recomendações, enfaticamente, ao longo dos anos, que são feitas pela equipe técnica desta Casa, possam merecer, de fato, do Executivo, uma atenção especial para que, anos seguintes, nós possamos ter as recomendações cada vez em número menor.
Então, quero parabenizar, Presidente, Vossa Excelência, a equipe que foi montada pela elaboração desse trabalho, parabenizar a equipe do Executivo também pela facilidade do acesso, pela interação das informações tão logo sejam pedidas pelo Tribunal, e dizer que é importante o dia de hoje para esta Casa, que nos reunimos para a sessão mais significativa, constitucionalmente prevista para o exame das contas do Governador do Estado.
Cumprimento a todos, um bom dia e obrigado pela oportunidade de me expressar, senhor Presidente.
Belém, 28 de maio de 2014.
Consº. Nelson Luiz Teixeira Chaves
Voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Ivan Barbosa da Cunha:
Senhor Presidente, nada obsta quanto ao relatório, e quero louvar o senhor Presidente, com a sua equipe, pela maneira pedagógica com que editou este relatório para conhecimento do povo do Pará para que a sociedade possa ter uma imagem daquilo que realmente acontece no Estado do Pará através dos números aqui elencados.
Quanto ao demais e a outros assuntos, me parece que o fórum competente não seria aqui para eu, agora, colocá-los à discussão. Parabéns a Vossa Excelência pelo relatório apresentado ao povo do Estado do Pará, acompanho o relator.
Belém, 28 de maio de 2014.
Cons. Ivan Barbosa da Cunha
Voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro André Teixeira Dias:
Bom dia a todos.
Primeiro, Conselheiro Cipriano, meus parabéns porque a cada ano Vossa Excelência vem aprimorando neste Tribunal a forma de apresentação, cada vez mais didática de uma coisa que é bastante complexa que é um relatório sobre a questão fiscal do estado.
Então eu queria que o doutor Valino e o doutor Carlos transmitissem a todos esses técnicos que participaram do trabalho, assim como o que o Doutor Tostes transmitisse àqueles que se relacionaram em nome do estado com o Tribunal de Contas, a determinação republicana de tornar cada vez mais clara e transparente estas contas que são complexas, mas que cuja qualidade da sua demonstração abre a oportunidade para uma gestão mais eficiente.
Parabéns, Conselheiro Cipriano, gostei muito da exposição deste ano.
No pronunciamento do Secretário de Fazendo, doutor Tostes, ele abordou vários aspectos que são conhecidos e importantes, e eu queria começar por dizer o seguinte: estes anos que eu estou aqui, eles não são os primeiros que eu acompanho as contas, porque, na verdade, nos últimos 20 anos a gente vem acompanhando contas públicas, não no Tribunal de Contas, mas na Assembleia Legislativa do Estado do Pará.
E é muito claro para mim que no estilo de governo imposto pelo governador Simão Jatene, ele é de grande respeito quanto à questão de ordem fiscal das contas públicas. E aí eu queria frisar qual a importância disso.
Você pode administrar e ficar rico numa sociedade ou numa empresa porque a atividade econômica em que ela está inserida é tão venturosa, promissora, as margens de lucros são tão grandes que eles não precisam tomar muito cuidado com a estrutura de custos, e isso tem sido uma máxima no país.
O Brasil é tão pródigo em facilidades que há muito pouca atenção com a planilha de custos, seja de uma padaria, seja de uma indústria de cimento, seja de uma grande mineradora e, principalmente, de estados.
Mas esta realidade está consumindo um tempo que está acabando. Nas suas palavras Vossa Excelência já demonstrou angústia quanto à possibilidade de realização das metas fiscais ou que estas metas fiscais cada vez ficam mais modestas.
Nós temos uma deficiência grave, e isto é um desafio permanente, o Tribunal de Contas tem enfrentado isso com muita determinação, que é o arquivo, a informação.
Quando doutor Valino expunha os dados de inclusão social, ele cita fontes federais que nós sabemos que estão sendo destruídas com o nobre IBGE. Ele cita números que eu desconfio profundamente porque já não tenho muita fé de que aqueles números correspondam à realidade.
A maquiagem feita pelos institutos que deveriam ser totalmente acéticos de questões de ordem eleitoral, política eleitoral, deixam de ser, para ser na verdade instrumentos de propaganda de governos.
Grave isso, por que como se planeja sobre informações falsas, Conselheiro Ivan.
Então queria trazer a primeira recomendação adicional, entende, que já há esta preocupação, mas é muito importante que o Estado do Pará desenvolva mecanismos próprios de avaliação, de acompanhamento de dados daqueles antes feitos. Nós tínhamos um instituto muito bom, que foi diminuído, que era o Idesp. É muito importante que a gente consiga receber os nossos próprios dados, porque viver à custa das informações do IBGE, cada vez se torna mais reticente à fidelidade daquelas informações.
Conselheiro Cipriano, com muita inteligência, porque ele sempre procura traduzir o economês, o judiciês, o legislês, na língua normal das pessoas, ele tentou explicar que há uma diferença entre relatório fiscal e relatório de gestão, e que a aprovação de umas contas do jeito não significa aprovação do outro.
Mas, na verdade, as contas fiscais, elas dão suporte a uma boa aplicação das contas de gestão, a segunda não pode sobreviver sem a eficiência da primeira.
Daí a minha satisfação, doutor Tostes, e quero que transmita ao doutor Caio, que está aqui presente, está ouvindo, que vai transmitir à sua equipe, a doutora Maria do Céu à sua equipe, e o doutor Amoras. Que, republicanamente, independente de governo, nós temos que ser profundamente determinados e conhecer profundamente bem a nossa administração pública para que o ano seguinte seja melhor, mais eficiente do que o ano anterior nesta avaliação.
A avaliação, ela não é apenas um mecanismo de crítica, é um mecanismo de desafio para que a gente faça melhor no ano seguinte.
Muitas seriam, como ex-político, ex-deputado, as minhas recomendações, mas esse não era o momento nem o fórum adequado para fazê-lo.
Acho que a forma com que o Tribunal se organizou ao longo dos últimos anos, criando as controladorias por gestão, vai permitir com que cada área específica, seja na educação, seja na saúde, seja na segurança, na infraestrutura, no desenvolvimento, mas poder discutir com as suas áreas o alcance das metas principais, que são sim uma melhoria significativa da educação que permita fazer com que as desigualdades sociais sejam alcançadas; uma melhoria significativa no atendimento de saúde, fazendo com que efetivamente a saúde esteja ao alcance de todos ou de uma grande maioria, que hoje é restrito a muitos poucos; ou que a segurança nos permita realmente andar nas ruas sabendo que a gente sai e volta para casa.
Quem é aquele que hoje com o filho já adolescente não se preocupa à noite com o horário que ele chega? Eu fico acordado até meus filhos chegarem em casa, e já são adultos.
E tudo isso vai naquilo que Vossa Excelência colocou, doutor Tostes, como a redução da capacidade de arrecadação do estado em 33% da sua economia, significa que 33% desta economia ficou desassistida de serviços públicos.
Explico: eu arrecado na proporção do tamanho da minha economia, se 33% dela não está arrecadando, eu não dou infraestrutura para estes 33%, Conselheiro Nelson Chaves. Eu não tenho como subsidiar saúde, educação, segurança, infraestrutura para estes 33%.
E como não vão ficar estes 33%, ou seja, só a área de mineração, sem ter essa infraestrutura, na verdade ele é obrigado a dividir entre os outros 66% que estão pagando. Olha que coisa mais injusta.
Todo cidadão vai receber, na verdade, 33% a menos do que deveria estar recebendo de serviço público, por uma injustiça tributária.
É um desafio hercúleo sim, mas desafios hercúleos teve também Moisés para transferir, levar o povo do Egito a Israel e ele conseguiu. Vai ser vencido, com a ajuda de Deus. Aprovo o voto de Vossa Excelência. Obrigado.
Belém, 28 de maio de 2014.
Consº. André Teixeira Dias
Voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro **Luis da Cunha Teixeira**:
Bem, eu, antes de votar, quero registrar, Presidente, aqui, um elogio.
Um elogio ao trabalho de Vossa Excelência como Relator. Eu sei que não é muito fácil para o Presidente de uma instituição que tem atribuições diariamente na gestão da nossa instituição ter que se dedicar para relatar um processo complexo, tão grandioso como as contas de governo.
Então, parabéns a Vossa Excelência, extensivo a todos os técnicos. Eu sei que Vossa Excelência montou uma equipe de altíssimo nível, técnicos preparadíssimos, profundos conhecedores da matéria, e a gente apresenta à sociedade paraense, no dia de hoje, um belo trabalho. Então, parabéns a Vossa Excelência e equipe.
Também cumprimentando o Governo do Estado, na pessoa do doutor José Tostes e toda a equipe que está aqui presente, pela manifestação no Plenário. Eu gostei muito da fala do Secretário Tostes porque é sempre um aprendizado, e a gente sabe que ele é um idealista.
Em nível nacional, a gente está acompanhando o seu trabalho discutindo esse assunto, porque quando a gente tira a nossa condição, o cargo, e vem para a condição de cidadão, isso mexe com a gente.
Até há uma certa indignação de ver o Estado do Pará sendo maltratado a nível nacional, injustiçado. De alguma forma, até uma política perversa contra o Estado do Pará.
E, como foi muito bem colocado aqui, quem sai perdendo é a população, que deixa de receber mais recursos: para saúde, para educação e para aquilo que a gente precisa.
Eu creio que o Tribunal de Contas do Estado do Pará fez um belíssimo trabalho no dia de hoje, é uma matéria que a gente gosta de estudar. É uma opinião minha, mas entendo – estou aqui há quatro anos – que é o processo mais importante que discutimos e votamos no Plenário são as contas de governo.
Saio daqui aprendendo um pouco mais com base em todo o

Impresa Oficial do Estado
Secretaria Especial de Estado de Gestão
GOVERNO DO PARÁ
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE